



PARECER PRÉVIO Nº 46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10168/2013.

Apensos: Processo nº 10037/2013 e 11057/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itacoatiara

4- Exercício: 2012

5- Responsável: Antônio Peixoto de Oliveira (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Greg Lee Soares Duarte - OAB/AM 10.127, Luís Gustavo Frank Braz - OAB/AM A-1003 e Paulo Geber da Frota - OAB/AM 9.485

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 555/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas do Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, ex-Prefeito Municipal de Itacoatiara, exercício de 2012, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88, art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 1º, I e 29, da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 3º da Resolução TCE nº 09/1997.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10168/2013.

Apensos: Processo nº 10037/2013 e 11057/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itacoatiara

4- Exercício: 2012

5- Responsável: Antônio Peixoto de Oliveira (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Gree Lee Soares Duarte - OAB/AM 10.127, Luís Gustavo Frank Braz - OAB/AM A-1003 e Paulo Geber da Frota - OAB/AM 9.485

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 555/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2012.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, ordenador de despesas e responsável pelas contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, no curso do exercício de 2012, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Peixoto de Oliveira no valor de **R\$ 13.654,39**, (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54 II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM n. 04/02, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de



ACÓRDÃO Nº 46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referente as impropriedades contidas **nos itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 40, 42, 43, 44, 45 e 46**, citados no Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da lei Orgânica do TCE/AM, condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. Antônio Peixoto de Oliveira no valor de **R\$ 6.576,18**, (seis mil quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54 III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM n. 04/02, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018, por atos de gestão ilegítimo ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário público, citados nos itens ns. 1 (R\$ 170.000,00); 18 (R\$ 2.128.151,17); 19 (R\$ 1.024.363,40); 20 (R\$ 113.818,15); 21 (R\$ 382.800,30); 23 (R\$ 8.723.782,57), 24 (R\$ 6.637.593,31), 25 (R\$ 5.881.784,87), 37 (R\$ 281.068,10), 39 (R\$ R\$ 60.940,10) e 41 (R\$ 104.648,55 R\$), do Relatório/Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Considerar em Alcance** o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira no valor de **R\$ 21.243.161,75** (vinte e um milhões, duzentos e quarenta e três mil, cento e sessenta um reais e setenta e cinco centavos), que devem ser



ACÓRDÃO Nº 46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Itacoatiara, com base no art. 304, inciso VI, da Resolução 04/2002, referentes às impropriedades contidas nas manifestações da DICAMI e citadas nos itens: 23 (R\$ 8.723.783,57), 24 (R\$ 6.637.593,31) e 25 (R\$ 5.881.784,87) do Relatório/voto;

- 10.5. Considerar em Alcance** o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira no valor de **R\$ 4.100.201,11** (quatro milhões, cem mil, duzentos e um reais e onze centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Itacoatiara, com base no art. 305, da Resolução n. 04/2002, referente as impropriedades contidas nas manifestações da DICAMI e encampadas nos itens: 1 (R\$ 170.000,00), 18 (R\$ 2.128.151,17); 19 (R\$ 1.024.363,40); 20 (R\$ 113.818,15); 21 (R\$ 382.800,30), cujo valores somados representam o montante principal conforme citado no Relatório/voto;
- 10.6. Considerar em Alcance** o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira e solidariamente, a Empresa Seven Engenharia LTDA, no valor de **R\$165.588,65** (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), responsáveis por valores pagos em razão de serviços não executados, conforme discriminados na Informação Conclusiva da DICOP, n. 002/2016 e agregados nos itens 39 e 41 do Relatório/voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão da Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Outrossim, as restrições descritas nesses itens contrariam o disposto no art. 92 da Lei 8.666/93, art. 5º, II c/c o art. 20, § 2º e 22, § 2º, todos da Lei n. 2.423/96;
- 10.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.8. Recomendar à Prefeitura Municipal de Itacoatiara** que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, em especial à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei n. 101/2000), Lei de Licitações e Contrato (Lei n. 8.666/193), a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº 46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral